

A NATUREZA COMO NEGÓCIO: VIAJANTES E CIENTISTAS PELO INTERIOR PAULISTA (1886-1906)

Eduardo Giavara*

[...] uma zona nova, cheia de florestas por toda a parte, como sucede nas boas terras de Campos Novos, é preciso cortar matta para fazer lavouras, não ha duvida; mas respeite-se a matta que não é absolutamente necessaria para a cultura, não se abandonem os terrenos desbravados, que sempre darão boas produções quando convenientemente tratados, e não se desdenhe plantar novas mattas nos terrenos que não tiverem outra aplicação mais util e de utilidade mais immediata, porque a silvicultura dá tambem muito boa renda quando feita com critério.

Amandio Sobral

Boletim Agrícola, 1903.

Se pudéssemos traçar um perfil da região do Vale do Paranapanema em meados de 1900, os contornos seriam os de um mundo em transformação, pois o olhar que os “modernos viajantes” dispensaram sobre o território é permeado pelo conflito e pelos interesses. Esse novo horizonte que desponta é regido pelos grandes fazendeiros que vislumbram na região a oportunidade de expandir as lavouras de exportação e diversificar seus investimentos na especulação imobiliária e com isso repor as perdas financeiras acumuladas pela crise do café em meados da década de 1905 (PRADO JR., 1994: 228-229).

Entre as décadas de 1890 a 1910, a região vivia a experiência da *frente econômica*, caracterizada pelos grandes empreendimentos agrícolas que contrastavam com a vida simples do caipira. Nesse momento, a disputa pelos espaços se acirra marcando um novo cenário no cotidiano local. Justamente dentro dessa turbulência de transformações que emergiram novos paradigmas, advindos do mundo urbano-industrial. Assim, a “familiaridade do homem com a Natureza vai sendo atenuada, à medida que os recursos técnicos se interpõem entre ambos”, e a manutenção dos meios de subsistência não mais depende mais exclusivamente do “meio circundante”. (CANDIDO, 1997: 176). Gradualmente, uma nova paisagem, marcada pela voracidade das grandes lavouras de exportação, em nome do “progresso”, põe fim nas matas de cerrado e nas florestas que margeavam os rios da região.

Esse cenário que despontava ganhou vida através do olhar dos viajantes que, imbuídos de uma formação acadêmica e das ideologias científicas do final do século XIX, imprimiram uma perspectiva muito particular sobre a região, descrevendo as pessoas e a

* Doutor pela Universidade Estadual Paulista e professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Piraju/SP

reprodução de seus meios de subsistência. Muitos desses documentos, citados em vários estudos da região do Vale do Paranapanema, além de uma importante fase da história da ocupação territorial paulista, contemplam também o desenvolvimento da ciência nacional.

Os apontamentos de Teodoro Sampaio, em 1886, inauguraram as viagens que ocorreram na região, as quais foram seguidas pelas empreendidas por Edmundo Krug e Cornélio Schmidt; a última grande expedição foi a da Comissão Geográfica e Geológica, em 1907, encerrando assim o ciclo de viagens de exploração no vale do Paranapanema.

Durante esse período, os viajantes desempenharam papel importante na observação dessas mudanças, pois foram capturaram e construíram um panorama da região. Por terem pouco ou nenhum vínculo pessoal, tais exploradores conseguiram elaborar análises que ora pendiam para relatos mais amigáveis ora para relatos com críticas mais contundentes, como o foram os de Cornélio Schmidt. Esses textos eram direcionados para um público diferenciado – de um modo geral, fazendeiros e investidores financeiros que, preocupados em diferenciar seus recursos, entreviam possibilidades de investimentos na expansão de terras. Assim, os relatos eram importantes fontes de informações que poderiam dar maior confiabilidade aos seus investimentos.

Nesse texto, a preocupação está centrada nos relatos desses viajantes e em como eles construíram suas impressões sobre a região, sobre o cotidiano dos moradores e sobre como eles produziam e reproduziam seus meios de subsistência. Com isso, as observações em torno da agricultura, os meios de produção e as dinâmicas de troca são elementos importantes para o entendimento da região e de sua organização social e econômica.

O MODELO AGRÍCOLA DAS FRENTES CIVILIZATÓRIAS

Em meados do século XIX, as primeiras levas de colonos vindos da região de Minas Gérias começaram a se estabelecer na região. Essa primeira frente, denominada *frente civilizatória*, veio com a formação das primeiras lavouras e a exploração dos recursos naturais. Antes disso, a deterioração da natureza se processava num ritmo lento e, nas primeiras décadas do século XX, ganhou proporções inimagináveis e, em poucos anos, quase toda a cobertura natural da região cedeu lugar a um modelo de agricultura exportadora e à pecuária extensiva.

O estabelecimento desses fluxos migratórios despertou nas autoridades paulistas a necessidade de se conhecer a vasta região do oeste do Estado de São Paulo, para tanto, criou a Comissão Geográfica e Geológica, a qual teria a função de mapear e descrever a economia e o tipo de organizações que se estabeleciam na região do Vale do Paranapanema.

Nessa expedição Teodoro Sampaio se deparou com uma população indígena que já não vivia mais só, dividia seu espaço com o colonizador luso-brasileiro que, oriundo das Minas Gerais, ocupava gradativamente os seus campos de caça, destruía a floresta e se alojava no meio natural.

A viagem da Comissão Geográfica e Geológica se concentrou basicamente em explorar a navegabilidade dos rios Itapetininga e Paranapanema, em cujas margens Teodoro Sampaio descreveu suas primeiras impressões sobre a população e seus meios de subsistência. Tais impressões, muitas vezes, foram permeadas pelas concepções científicas do autor, assim, a cultura caipira foi descrita em vários momentos como “pobre”, “insuficiente” ou de “pouco recursos”. Este discurso se alinhava com os interesses da elite paulista que pretendia construir a idéia de uma região tomada pela pobreza e pela miséria e, deste modo, o relatório de Sampaio oferecia subsídios para que essas argumentações ganhassem força.

Na verdade, o que se via por parte dos cientistas e da elite agrícola era uma preocupação com a falta de conhecimento sobre a região. Isso pode claramente ser visto nas palavras de Teodoro Sampaio que, ao entrar no rio Paranapanema, depara-se com um universo singular e desconhecido “quasi deserto, uma solidão [...] onde a matta virgem com os seus rumores mysteriosos domina por toda a parte” (SAMPAIO, 1889: 3). Ao se embrenhar rio abaixo, avista, próximo à vila do Espírito Santo;

[...] alguns pobres casebres de moradores ausentes, pequenas roças de milho, o gado pastando em um pedaço de campo que ahi vem ter á beira d'agua, e ao longe para o nordeste, dominando o valle coberto de mattas, [...] A escassez da população á margem do rio é muito sensivel, incutindo a toda hora no espirito esse sentimento de tristeza proprio das regiões desertas (SAMPAIO, 1889: 4).

Esse sentimento de solidão que tomava conta da expedição aumentava com a descida do rio. Quando a expedição chegou à vila do Salto Grande do Paranapanema, mais uma vez, era preciso ressaltar as “mazelas da vida caipira”, a escassez de alimentos e outros recursos para a continuidade da expedição.

No dia 29 de Julho, após breve demora na foz do rio Pardo, entrámos na grande bacia do Salto Grande. Neste sitio ergue-se agora pequena povoação na margem paulista, destinada a prosperar em vista da sua posição e boa qualidade das terras que a circundam; mas são ainda em pequeno numero os seus habitantes, quasi todos mui pobres, e com pequenas lavours de cereaes que apenas dão para o consumo local. [...] Por muito procurar, sempre conseguimos ahi alguma polvora e um pouco de farinha por alto preço, e uns poucos generos insufficientes para uma viagem atravez de uma região totalmente deserta e infestada de indios como a que iamos agora percorrer. (SAMPAIO, 1889: 6)

Em 1905, Edmundo Krug, em sua viagem ao Vale, produziu um discurso semelhante, que também enfatizava um cenário tomado de “pequenas roças” espalhadas em meio às matas que cobriam a região. Diante de um universo tão diverso do seu cotidiano, Krug procurou, em vários momentos, legitimar a idéia de “pobreza” e “dificuldade” em que a população local vivia.

O povo dahi vive de pequena lavoura e ganha o seu necessario sustento carreando mantimentos e outros gêneros de primeira necessidade a Campos Novos do Paranapanema e a São Pedro do Turvo, possuindo cada familia invariavelmente o seu fuso e tear, sobre o qual fazem os mais lindos artefactos. (KRUG, 1923: 439)

Em outra ocasião, ao dialogar com um membro da família Paiva, um dos primeiros habitantes luso-brasileiros da região, Krug buscava destacar um mundo em transformação, cujo cotidiano ele procurou caracterizar pela “fartura”, pela “abundância” e pela “fecundidade da terra” – algumas das qualidades lembradas pelo autor na tentativa de mostrar uma terra próspera que aguardava apenas uma colonização “racional”. Assim, nos extremos do sertão paulista:

[...] tudo se plantava ahi, só se comprava o sal necessario para a cosinha, e mesmo as roupas, os tecidos para estas, eram feitos na própria fazenda, dizia-me (Sr. Paiva) que o trigo cresce e produz admiravelmente, nunca tendo elles tido necessidade de comprarem em logares afastados uma só sacca de farinha para o fabrico de pão. (KRUG, 1923: 436-437)

Diante desse universo, Edmundo Krug reiterava que os caminhos do sertão são sempre longos e os recursos que os moradores dispunham eram freqüentemente “insuficientes” (KRUG, 1923: 432). Elementos que nos levam a comparar essas descrições “com o modo de vida caipira”, uma agricultura que prove os recursos essenciais apenas para a manutenção do grupo – ora ou outra eram produzidos pequenos excedentes, carregados até as vilas maiores onde eram trocados pelos gêneros que faltavam: em especial, sal e pólvora.

O uso da terra exclusivamente para pequenas lavouras abriu espaço para uma crítica muito contundente feita por Cornélio Schmidt. Dizia ele que as propriedades adquiridas por esses novos migrantes vindos de Minas Gerais, eram, na maioria das vezes, grandes latifúndios que acabavam sendo subutilizados com “pequenas roças milho e feijão” – produtos característicos das lavouras de subsistência. Essas plantações geralmente não ultrapassavam 15 alqueires de terra (aproximadamente 36 hectares), tamanho suficiente apenas para a produção de alimentos que garantissem a sobrevivência da família e a criação de algumas cabeças de gado e de porcos.

O que é válido destacar nessa crítica de C. Schmidt é a visão “mercantilizada” que ele deixa transparecer ao olhar o modo de produção desses pequenos lavradores da região do Vale do Paranapanema, caracterizando-os como caipiras que ocupavam o solo e produziam apenas para o próprio consumo, fora da esfera comercial.

O gosto do caipira estava na liberdade que esses grandes latifúndios ofereciam: a mata virgem, a abundância de caça e o horizonte sem fim atraíam esses homens que, a cada ameaça de aproximação do mundo civilizado, abandonavam suas terras e partiam para locais mais longínquos.

Quem captou essa situação foi o advogado Amador Nogueira Cobra que, ao entrever uma familiaridade do “sertanejo” com os grandes latifúndios, comenta que:

O sertanejo tem gosto especial pelas grandes extensões de matas virgens onde, a cada ano agrícola roça, planta e faz colheita sem necessidade de carpir. O segundo ano em diante é que começa a “sujar”, isto é, no terreno, segunda vez aproveitado, as plantas daninhas crescem ao lado do milho, “abafando-o”, exigindo carpa, muito cara e difícil. [...] O benemérito trabalhador nacional — enfrenta o jequitibá e desbrava a selva bruta — não aprecia a lavoura com plantações enfileiradas e arruadas; quando esta atinge uma zona, já está ele longe dali; mudou-se para além e foi, de novo abrir morada na orla da floresta. (COBRA, 1923: 196-197)

Um dos fatores que foi preponderante na formação desses latifúndios foi o baixo valor da terra. Fato que foi apontado por Teodoro Sampaio ao fazer uma comparação dos baixos preços das propriedades da região do Vale do Paranapanema com as de outras localizadas próximas aos centros urbanos ou que já tinham sido desmatadas. Segundo seu estudo,

Nos sertões de Campos Novos, onde as posses tem notável extensão, o preço de terras legitimadas varia de 3\$000 a 5\$000 por alqueire (2,4 hectares), não sendo beneficiadas, caso em que ascende o preço de 15\$000 ou 20\$000 nos sítios mais próximos dos povoados. Abaixo do Salto Grande, do lado do Paraná, se tem vendido terras virgens aos preços de 4\$000 a 10\$000 o alqueire. Nos vales do Turvo e do Pardo, onde a população é mais condensada, o valor da terra varia entre 15\$000 e 70\$000 o alqueire. Nas manchas de terra roxa, onde a cultura do cafeeiro é possível, como no Rio Novo, Fartura, Rio Verde, Espírito Santo da Boa Vista, oscilla o preço entre 20\$000 e 75\$000. Em S. Sebastião do Tijucu Preto o preço mínimo das terras é de 20\$000, e ainda menos se encerram campos (SAMPAIO, 1890: 35-36)

O exemplo descrito por T. Sampaio também se repete no relatório de Edmundo Krug que comparou, em outra época, o custo de um alqueire de terra – aproximadamente 5\$000 – e o aluguel de uma casa – 12\$000 ao mês. Diante desses dados, é possível perceber que a oferta barata de terras atraiu muitas pessoas interessadas na aquisição de grandes posses. Por outro lado, o baixo custo também seduziu agricultores que não possuíam um capital inicial para investir em benfeitorias como a limpeza dos terrenos e a preparação do solo para receber as

primeiras lavouras. Assim, é visível nos documentos pesquisados que os viajantes sempre encontravam grandes latifúndios com pequenas lavouras que contrastavam com a mata virgem.

Quem deu destaque à “subutilização” do solo foi Cornélio Schmidt que, durante a sua viagem pelo interior do Estado, fez uma breve parada na propriedade do Sr. Manoel Ignácio, próximo à cabeceira do rio Capivara. Ali ressaltava que a fazenda de aproximadamente 1.800 alqueires era “de cultura excelente e pouco aproveitada”, sendo que somente 200 alqueires eram destinados à criação de 150 cabeças de gado e o restante estava coberta de campo e mata (SCHIMDT, 1961: 429) Segundo o autor, esse baixo aproveitamento se dá em virtude da “índole vadia” do caipira que não trabalhava e ficava os dias deitado, ou pescando, ou se embrenhava na mata em busca de caça.

Essa argumentação utilizada pelo autor fazia parte do debate da eugenia que ganhava espaço na sociedade brasileira, nos primeiros anos do século XX. Assim, C. Schmidt expõe implicitamente em seu relatório a questão da raça: o caipira passa a ser, dentro desses relatórios, o personagem principal de um discurso que vulgarmente o classifica pela indigência, pela vida lasciva e pela indolência. Reafirmando suas posições científicas, Schmidt, em visita a um povoado próximo ao Salto do Avanhandava, teve a oportunidade de conhecer a população local, por ele descrita da seguinte forma:

[...] No Salto o povo cuida em pescar. No tempo da piracema em setembro ou outubro, depois das primeiras chuvas, finda a subida dos peixes, eles nada fazem. Passam sentados todo dia, ou deitados. Plantam os mais trabalhadores, meio ou 3/4 de alqueire de milho, feijão ou arroz; engordam 2 ou 3 porcos; com algum peixe que pescam compram rapaduras (o doce) e algum sal e passam o resto do ano mais felizes e ricos que qualquer sultão. (SCHMIDT, 1961: 399-400).

De um modo geral, os autores aqui apresentados não demonstravam abertamente a preocupação de enquadramento da população local dentro de um conjunto teórico evolucionista ou qualquer outra teoria que pudesse explicar os problemas sociais. Porém, os apontamentos de Schmidt é parte de uma situação maior que era a conotação pejorativa feita ao caipira ou qualquer outro tipo de agricultor que utilizava a terra a fim de produzir alimento para consumo próprio. A associação que sempre se fazia era de uma agricultura de baixa produtividade e de técnicas arcaicas como a queimada ou a “agricultura de coivara”.

O que pode ser inferido é que existia a preocupação em descrever uma “região pobre” e apontar as raízes dessa pobreza. Portanto, não é errôneo dizer que as teorias do darwinismo

social e da eugenia permeiam os pensamentos tanto de Cornélio Schmidt como de Teodoro Sampaio – embora para este último a questão da raça não seja sua preocupação principal, pois acredita que a conquista do sertão é obra do “sertanejo” que dia-a-dia luta contra o indígena para conquistar a terra. Entretanto, assumia sua aproximação com cientificismo ao estudar as estruturas lingüísticas e as matrizes étnicas das tribos da região. (SCHWARCZ, 1993: 43-66)

BIBLIOGRAFIA

- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira e as transformações dos seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 1997.
- SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo. In. **Anais do Museu Paulista**. tomo XV. Ano 1961.
- COBRA, Amador Nogueira. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo. Hennies & Irmãos, 1923.
- KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. In: **Revista do IHGSP**. São Paulo, vol. 23. p. 369-461.
- PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SAMPAIO, Teodoro. Consideração Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema. **Boletim da Comissão Geográfica e Geológica**. São Paulo. nº. 4, 1890, p. 01-30.
- SAMPAIO, Teodoro. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. Petrópolis: Vozes. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.
- SAMPAIO, Teodoro. O rio Paranapanema e seus afuentes. In: COMISSÃO GEOGRAFICA E GEOLICA. **Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema**. São Paulo. Typ. Rothschild, 1890.
- SCHWARCZ, Lílían Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo. Cia. das Letras, 1993.